



PCMG apreende adolescente investigado por estupro virtual

A Polícia Civil de Minas Gerais (PCMG) cumpriu, na última quarta-feira (12/7), em Belo Horizonte, mandado de apreensão contra um adolescente, de 16 anos, investigado por envolvimento em atos infracionais análogos aos crimes de associação criminosa e de estupro de vulnerável. Outros mandados de busca também foram cumpridos no curso da operação Discórdia.

De acordo com as investigações, conduzidas pela 1ª Delegacia Especializada de Investigação de Crimes Cibernéticos, do Departamento Estadual de Combate a Corrupção e a Fraudes (Deicc/Deccof), o jovem tem participação nos atos de estupro virtual cometidos por meio de um aplicativo de conversação, dos quais comparsas foram presos no curso da operação Dark Room, deflagrada pela Polícia Civil do Rio de Janeiro (PCERJ), no último 6 de julho. Material eletrônico, incluindo computador e telefone, foram apreendidos na residência em que o adolescente mora com a mãe.

Violência virtual

Conforme detalha o delegado Ângelo Ramalho, responsável pelo caso, o adolescente, associado a comparsas, obteve informações sensíveis de uma jovem, de 13 anos à época, residente em outro estado, e a cooptou para um grupo privado do aplicativo, onde ocorriam os atos de violência virtual. “Conectada ao mesmo servidor, e sob ameaça de ser exposta, a vítima era subjugada, humilhada e sofria violência psicológica com consequências física e sexual, além de instigada ao suicídio”, destaca Ramalho. “O que os investigados impeliam na vítima era um estado de ‘escravidão virtual’. Ela não poderia parar ou teria conteúdos revelados para familiares e na escola”, completa.

Levantamentos da PCMG revelam que a jovem chegou a se automutilar e foi forçada a realizar determinadas condutas sob ameaça do grupo. Em um dos abusos, os suspeitos pediram que a jovem realizasse atos libidinosos com o cão de estimação dela. Em outro momento, que ela quebrasse a pata do animal e urinasse nele. “Descobrimos que o adolescente residente em Belo Horizonte era o principal ordenador desses atos perversos. Os investigados chegaram a pedir que ela tomasse urina do vaso, raspasse a sobrancelha, induziram-na a introduzir objetos na vagina; e, ante tudo isso, eles [suspeitos] faziam contagem regressiva para que ela executasse cada ato”, descreveu o delegado.

A adolescente foi coagida ainda a escrever na própria pele, com canivete, o nome do grupo no servidor do aplicativo que os suspeitos pertenciam. A vítima chegou a iniciar o ato, mas o canivete estava sem corte. O adolescente apreendido, então, ordenou que ela utilizasse uma lâmina de apontador para que concluísse a mutilação. “Constatamos que essa sessão de tortura era recorrente, sendo que cada uma delas durava cerca de uma hora”, observa Ângelo Ramalho, que ainda acrescentou que o provedor era utilizado para disseminar mensagens de apologia nazista e de misoginia.

Alerta

Com as investigações, a Polícia Civil concluiu que o jovem apreendido já teve envolvimento com pessoas presas e indiciadas em crimes de repercussão. “Por isso, precisamos trazer essas vítimas à luz, temos de identificá-las, porque são muitas, assim como o número de pessoas envolvidas nesses atos criminosos gravíssimos. E sabemos que tais vítimas só têm coragem de narrar os fatos depois de muito tempo, quando elas já se tornam adultas, com traumas psicológicos às vezes irreversíveis, sendo que nesse caso específico elas carregam marcas no corpo que as lembram do que passaram. Pedimos que os responsáveis legais procurem a Polícia Civil para levarmos à Justiça os responsáveis”, solicita o delegado.

Por fim, o delegado enfatizou a integração da PCMG com as demais polícias civis e Federal, além do Ministério Público, no sentido de colaborar para reprimir crimes dessa natureza no país.

As investigações continuam para identificar outras vítimas.